De regra, o ato administrativo geral e especial tem efeito imediato, isto é, aplica-se ao presente, a partir da sua entrada em vigor, respeitando os efeitos jurídicos produzidos no passado. Vigora, como princípio, desse modo, a irretroatividade do ato administrativo.¹

No ordenamento jurídico brasileiro a regra vigente é a da irretroatividade das normas a fim de assegurar a segurança das relações jurídicas. Efeito retroativo não se presume. Sem norma legal expressa, não há efeito retroativo. Mesmo havendo disposição expressa nesse sentido, não se pode aceitar plenamente a retroatividade, pois sempre será preciso verificar se não foram transgredidos os limites constitucionais.

O **Parecer CEE nº 427/2014**, aprovado na Câmara de Educação Superior em 03/12/2014, foi submetido ao Conselho Pleno em sua sessão de 10/12/2014, tendo sido aprovado por unanimidade. Sua publicação no D.O.E ocorreu no dia 12/12/14 e a respectiva homologação pela Resolução SEE de 17/12/14, foi publicada em 18/12/14.

A efetividade do contido no Parecer CEE nº 427/2014, após homologação, conforme estabelece a legislação, se deu com a publicação, em 19/12/2014, da Portaria CEE GP nº 519/2014, iniciando sua vigência e aplicabilidade às situações futuras, respeitando-se o princípio da irretroatividade do ato.

2. CONCLUSÃO

2.1 Diante do exposto, responde-se ao Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino de São João da Boa Vista, nos termos deste Parecer.

2.2 Considerando o princípio da irretroatividade das normas, o Parecer CEE nº 427/2014 passou a produzir seus efeitos a partir 19/12/2014, ou seja, a partir desta data o Curso não está com seu reconhecimento renovado;

2.3 A Instituição deverá encaminhar a este Conselho, em 30 dias a contar da publicação deste Parecer, comprovação de ciência de todos os alunos matriculados nesse Curso, quanto ao Parecer CEE nº 427/2014 da não renovação do reconhecimento do mesmo

São Paulo, 28 de janeiro de 2015.

a) Conselheiro Márcio Cardim
Relator

3. DECISÃO DA COMISSÃO

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS adota como seu Parecer, o voto do Conselheiro Relator. Presentes os Conselheiros: Antônio Carlos das Neves e Márcio Cardim.

Sala da Comissão, 28 de janeiro de 2015.

a) Conselheiro Antonio Carlos das Neves
Vice- Presidente no exercício da Presidência da CLN

¹ Medauar, Odete. Direito Administrativo Moderno: de acordo com a EC 19/98. 4. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Legislação e Normas, nos termos do Voto do Relator.

Sala “Carlos Pasquale”, em 04 de fevereiro de 2015.

Cons. Francisco José Carbonari
Presidente